

Ciências Sociais Unisinos

ISSN: 1519-7050

periodicos@unisinos.br

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Brasil

de Souza Lobo, Andréa

Crianças em cena. Sobre mobilidade infantil, família e fluxos migratórios em Cabo Verde

Ciências Sociais Unisinos, vol. 49, núm. 1, enero-abril, 2013, pp. 64-74

Universidade do Vale do Rio dos Sinos

São Leopoldo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=93826318011>

- ▶ [Como citar este artigo](#)
- ▶ [Número completo](#)
- ▶ [Mais artigos](#)
- ▶ [Home da revista no Redalyc](#)

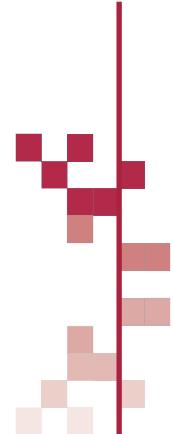
 redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Crianças em cena. Sobre mobilidade infantil, família e fluxos migratórios em Cabo Verde

Children on the Scene. About child mobility, family and migrations flows in Cape Verde



Andréa de Souza Lobo¹
andreaslobo@yahoo.com.br

Resumo

O artigo pretende demonstrar que o universo do parentesco na sociedade crioula de Cabo Verde não é um dado pré-definido, as relações de parentesco não são irrevogáveis e sem necessidade de reiteração. As relações familiares são analisadas como construção, um projeto que é fruto de negociação constante entre os membros. O argumento central é o de que, em Cabo Verde, as relações familiares se caracterizam por um comprometimento mútuo, contatos sociais regulares e um fluxo intra e interdoméstico de benefícios materiais e não-materiais. Tais requisitos são fundamentais para a construção do sentimento de proximidade e atuam para fortalecer laços pré-existentes de parentesco. Finalmente, o texto dialoga com as teorias de emigração produzidas sobre o arquipélago propondo um deslocamento teórico que ressignifique o fenômeno migratório em meio a um conjunto maior de fluxos e movimentos.

Palavras-chave: Cabo Verde, organização familiar, parentesco, emigração, relatedness.

Abstract

This article is aimed at demonstrating that the universe of kinship in the Creole society of Cape Verde is not pre-defined, kinship relations are not irrevocable and free from the need for reiteration. Family relations are analyzed as a construction, a project which results from constant negotiations among its members. The central argument is that, in Cape Verde, family relations are characterized by mutual commitment, regular social contacts and an intra and inter-domestic flow of material and immaterial benefits. These requisites are fundamental for the construction of the feeling of proximity and strengthen pre-existing kinship bonds.

Key words: Cape Verde, family organization, kinship, relatedness.

Este artigo tem por objetivo desenvolver a ideia de que o universo do parentesco na sociedade cabo-verdiana não é um dado pré-definido pela consanguinidade, ou seja, as relações de parentesco não são irrevogáveis e sem necessidade de reiteração. Contrariando algumas concepções do passado da antropologia, que afirmavam o caráter moral do parentesco e tais laços, ainda que de natureza temporal, como algo "incondicional e fora de discussão"; as relações familiares serão analisadas aqui como uma construção, um projeto que é fruto de negociação constante entre os membros. Paralelamente a este argumento central, o texto dialoga com teorias sobre a emigração cabo-verdiana propondo um deslocamento semântico e teórico. Pela análise da mobilidade infantil e sua

¹ Universidade de Brasília. Departamento de Antropologia, ICC Centro B1-347, 70910-900, Brasília, DF, Brasil.

centralidade nos processos de fazer família e de se construir como pessoa argumento que devemos repensar o lugar da emigração como um valor central nesta sociedade, inserindo-a num conjunto de movimentos mais amplos².

Para alcançar tais objetivos, tomo como protagonistas das páginas que seguem não as mulheres, mães ou avós que tanto movimentam o cotidiano das famílias nesta sociedade, mas, neste trabalho, lançarei meu olhar sobre as crianças, percebidas aqui como atores centrais nas relações intersubjetivas que fazem o parentesco em Cabo Verde.

Neste país, as relações familiares se caracterizam por um comprometimento mútuo, contatos sociais regulares e um fluxo intra e interdoméstico de benefícios materiais e não-materiais. Tais requisitos são fundamentais para a construção do sentimento de proximidade e atuam no fortalecimento de laços parentais pré-existentes³. Os laços dados pela consanguinidade não são, portanto, irrevogáveis, precisando ser atualizados cotidianamente por pequenos atos de partilha de objetos, alimentos e de cuidados.

As crianças são atores fundamentais nestes contextos familiares. Suas vidas são caracterizadas por uma intensa mobilidade que as colocam tanto na condição de sujeito quanto de objeto da partilha e da reciprocidade no contexto cabo-verdiano. Essa mobilidade infantil fortalece e/ou cria laços entre grupos, produz relações de coabitação e de cooperação doméstica entre pessoas lateralmente correlacionadas, além de construir maternidades e paternidades. Nesse sentido, penso ser correto afirmar que a mobilidade infantil gera relações de alianças que fazem família neste contexto⁴.

Penso aqui nos termos sugeridos por Mauss (2003) ao afirmar o princípio da vinculação de pessoas e coisas nas trocas realizadas, ou seja, a partir do princípio da dádiva, no movimento de dar, receber e retribuir. O mecanismo da troca, dentro do que é considerado como a esfera familiar, coloca em evidência o modo pelo qual as pessoas em Cabo Verde se relacionam com aqueles considerados mais próximos através dos bens (tangíveis ou intangíveis) trocados cotidianamente. Portanto, tal como desenvolvido no pensamento de Mauss ao tratar da dádiva, propõo pensar tais relações de troca como relações de aliança num sentido mais amplo.

Mais especificamente, inspirada por uma interessante discussão proposta por Pina Cabral (2010) ao analisar os homônimos como instituições, meu foco recai na análise da mobilidade infantil como *locus* de relações de aliança, uma vez que as interações atualizadas pelos fluxos infantis estariam sobrepostas às relações de filiação na história da pessoa por um processo de triangulação

(2010, p. 325). Tal como proposto pelo autor, o termo triangulação é tomado em seu sentido geométrico e se liga aos casos em que as entidades relacionadas existem pela relação mútua com uma terceira entidade que constitui um ponto necessário de triangulação⁵, esse terceiro, em meu caso, são as avós.

Como parece ser o caso em Cabo Verde, tais relações de triangulação, que ocorrem muito cedo na vida dos indivíduos, levam tanto à consolidação de sua condição de pessoa no mundo quanto à formação de seu universo de *relatedness* (Pina Cabral, 2010, p. 325)⁶. É pela circulação que tais triangulações se efetivam na vida dos pequenos, complexificando os laços de filiação e fortalecendo e/ou criando as condições para as alianças conjugais. A análise da complexa relação entre crianças e avós maternas e paternas atualizadas pela mobilidade infantil servirá de palco para meu argumento de que a aliança pode ser percebida para além de uma concepção eurocêntrica próxima à noção de "casamento" (Pina Cabral, 2010).

Adotando uma visão mais ampla do parentesco como *relatedness*, a aliança pode emergir como um tipo de relação que desenha laços entre pessoas por suas conexões com terceiros, ou seja, consolida entidades sociais instituindo relações de triangulação (Pina Cabral, 2010). Perceber a mobilidade infantil como uma instituição de aliança permite dar conta da circulação de crianças no seu aspecto mais significativo: de um espaço social de partilha que amplia e fortalece os laços de parentesco lateral e verticalmente, uma vez que criam maternidades, paternidades e conjugualidades.

O termo *relatedness* foi cunhado por Carsten (2000) na tentativa de se afastar da discussão da oposição entre biológico e social que pairava sobre boa parte dos estudos antropológicos do parentesco. A autora sugere uma mudança no vocabulário e propõe empregar a noção de *relatedness* como alternativa ao termo parentesco e "para assinalar uma abertura para idiomas indígenas de conexão" (2000, p. 4). Tal abordagem nos permitiria dar a devida atenção às formas de *relatedness* locais para além do sangue, do sêmen e do leite materno – nos remetendo a substâncias compartilhadas que criam o tipo de relação profunda e duradoura normalmente associada à esfera de parentes.

Utilizo a noção de *relatedness* para dar conta do universo cotidiano dessas famílias porque considero que o caso aqui apresentado complexifica a noção tal como proposta por Carsten. Os processos de triangulações entre mães/pais, filhos/netos e avós que serão objeto deste *paper* nos colocam diante de uma vida familiar construída num espaço poroso, perpassado por práticas e relações que se estendem por diferentes unidades do-

² Os argumentos aqui desenvolvidos encontram-se presentes em outras publicações da autora (ver Lobo, 2011, 2012).

³ A expressão "fazer família" será aqui analisada no contexto do fortalecimento e da manutenção dos laços de afinidade e consanguinidade, porém, cabe salientar que essa expressão também se aplica ao sentido de construir relações de parentesco onde este não existe em seu aspecto biológico, ou seja, ampliar relações familiares entre vizinhos, amigos e pessoas de grandeza.

⁴ Agradeço a João de Pina Cabral por me sugerir abordar a mobilidade infantil em Cabo Verde nestes termos.

⁵ Pina Cabral nos remete ao argumento de Lévi-Strauss (1976) que analisa o papel do irmão da mãe na aliança como um tipo de triangulação.

⁶ Uso o termo *relatedness* tomando como referência a obra de Carsten (2000).

mésticas interligadas por crianças, coisas e valores em circulação. É nesse espaço poroso que se constrói o universo de relações de um indivíduo com os elementos necessários para que ele se situe no mundo. Porém, tal universo construído não prescinde dos laços de sangue – trabalha no sentido de fortalecê-los e ampliá-los por relações de alianças.

O contexto etnográfico

Os dados aqui apresentados são resultados de pesquisa de campo realizada em uma das 10 ilhas que compõem o arquipélago de Cabo Verde, a Ilha da Boa Vista. A pesquisa foi desenvolvida junto à população da Vila de Sal-Rei, e o objetivo era trabalhar sobre a temática dos fluxos migratórios femininos e suas influências nas transformações que vêm ocorrendo na organização familiar local (Lobo, 2006). Sal-Rei era a principal vila da ilha e acolhia cerca de 2.500 habitantes, do total de 4.209 residentes espalhados pelas sete pequenas povoações que formavam a paisagem árida característica do arquipélago.⁷ A principal atividade econômica era a agropastoril de subsistência, porém, não era esta que movimentava os recursos financeiros, que advinham prioritariamente das remessas enviadas pelas mulheres emigrantes que viviam na Itália⁸ trabalhando como empregadas domésticas⁹.

Cabo Verde é historicamente caracterizado como uma sociedade de diáspora, dada a sua especialização histórica em exportar gente para os quatro cantos do mundo por meio da emigração. É nesse contexto que se estrutura um tipo de organização familiar com uma aparente ambiguidade – essencialmente patriarcal, mas com fortes características de matricentralidade (Couto, 2001; Dias, 2000; Monteiro, 1997).

De forma breve, tal organização familiar apresenta as seguintes características gerais: a mobilidade de homens, mulheres e especialmente crianças entre várias unidades domésticas¹⁰ faz parte da dinâmica familiar; há constante partilha entre as casas, sendo esta a unidade central que está fortemente associada à mulher e às crianças; o homem tem uma relação marcada pela ausência física e pela distância no cotidiano dos filhos e das mães dos filhos, contribuindo financeira e socialmente de maneira esporádica; muitas mulheres adultas emigram,¹¹ deixando familiares, filhos e os pais de seus filhos na ilha.

As unidades domésticas são fortemente centradas na figura da mãe-avó. Apesar de operar um ideal patriarcal, em que o homem exerce autoridade sobre o destino dos filhos e sobre o percurso de vida da mulher, na prática, as mulheres têm um importante papel social e econômico, uma vez que os arranjos afetivos que predominam estimulam a circulação dos homens por várias unidades domésticas ao longo da vida adulta. O que quero dizer é que as relações afetivas entre homens e mulheres, ainda que com filhos, têm por característica, num primeiro momento, a não-fixação desse casal em uma união conjugal considerada estável, entenda-se, com residência compartilhada, divisão de tarefas no cuidado com as crianças e nas despesas financeiras.

Além disso, é frequente que o homem tenha simultaneamente relações afetivas com mais de uma mulher, relações que podem também gerar filhos. Por fim, cabe ressaltar que os sentidos da masculinidade passam pela distância relativa do homem no universo doméstico, especialmente nos cuidados com as crianças. Tudo isso opera no sentido de dar centralidade às mulheres no interior das famílias, posição reforçada pelas redes femininas que operam entre as casas e entre as gerações por meio da partilha e da circulação de coisas, valores e pessoas.

Como é sabido, tais características devem ser analisadas no tempo, ou seja, elas tendem a se fortalecer ou se diluir dependendo da fase do desenvolvimento do ciclo doméstico. Com o passar dos anos, o homem tende a se fixar com uma de suas *mães-de-filhos*, geralmente a primeira. O "casamento no papel", que, em geral, acontece quando o casal já está com seus filhos adultos, marca essa fase de "serenidade" masculina em relação aos assuntos domésticos.

As relações afetivo-matrimoniais, portanto, são formadas pela prática de uma sequência de atos que envolve mulheres vivendo nas casas de seus pais e se deslocando cotidianamente para a casa dos pais do companheiro, onde dormem juntos. Durante o dia esta mulher retorna para sua casa, onde participa na produção de alimentos que, com frequência, são enviados em vasilhames para a unidade doméstica do companheiro pelas mãos de crianças – preferencialmente os filhos do casal. Os filhos da relação normalmente permanecem na casa materna, apesar de circularem entre as duas, o que terá efeitos diretos na sua formação como pessoa e na criação de seu universo de *relatedness*.

⁷ Sobre o significado da aridez na formação da identidade cabo-verdiana, ver Lobo (2001).

⁸ No caso da Boa Vista, a maioria das mulheres segue para a Itália, porém, há também um número considerável delas na França e em Portugal. Para maiores informações sobre o destino da emigração na ilha da Boa Vista, ver Lobo (2006).

⁹ Em pesquisas mais recentes, venho observando mudanças significativas no contexto socioeconômico da ilha devido ao crescente fluxo turístico a partir de centros europeus como Itália, França, Alemanha e Portugal. Nos últimos anos, Boa Vista foi contemplada com a construção de um aeroporto internacional, *resorts* e hotéis de luxo. Consequentemente, o último censo (2010) aponta para um crescimento populacional vertiginoso graças à forte migração interna (interilhas) e à imigração de africanos do continente.

¹⁰ Casa aqui será utilizada conforme a concepção nativa, onde casa assume o sentido de família enquanto unidade social primária. A casa, enquanto habitação, daria suporte à casa, entendida como uma entidade centralizadora das relações familiares. Tal concepção de casa parece se aproximar da perspectiva de Carsten e Hugh-Jones (1995) que, em diálogo com Lévi-Strauss, se afasta da noção de casa como pessoa moral. Para os autores, a casa é o universo das relações mais fundamentais da vida das pessoas, espaço social onde as relações se constroem pela comensalidade e cossubstancialidade.

¹¹ O fluxo de emigração é mais intenso entre mulheres jovens de 18 a 30 anos de idade.

Partilhar é, portanto, uma categoria fundamental para se entender as relações familiares em Cabo Verde. Pela análise das práticas de partilha, ajuda mútua e solidariedade entre pessoas e grupos domésticos, percebe-se o conceito fundamental de "fazer família", ou seja, fortalecer laços entre parentes e criar parentesco onde não existia. Conforme os conceitos locais, a família é resultado de uma produção em torno das experiências de coabitacão e cooperação doméstica entre pessoas, isto é, o universo familiar é percebido enquanto um processo construído cotidianamente.

Paralelamente, assim como as relações de parentesco devem ser obtidas, negociadas e alimentadas, as vidas dos indivíduos e suas posições no contexto familiar são decorrentes de escolhas e negociações, não devendo ser entendidas como devires inevitáveis e preestabelecidos dentro do sistema. Captar esse universo como um quadro composto por diversas possibilidades em que as trajetórias dos indivíduos são múltiplas e suas posições são conquistadas a partir dos percursos de vida é central para entender a família como um processo em Cabo Verde.

Crianças e as circulações possíveis

Nesse contexto, as crianças aparecem como elos fundamentais na manutenção das redes de solidariedade. Elas estão por toda a parte, basta um olhar atento para o cotidiano local que as veremos participando dos diversos eventos e afazeres que constroem o dia a dia na ilha¹². Elas são os mais frequentes mediadores entre as casas. São os veículos de mensagens, presentes e itens de troca. São as crianças que as mulheres enviam com coisas e alimentos que são fundamentais para a reciprocidade que mantém as casas relacionadas. É difícil imaginar uma habitação sem crianças que lá moram ou passam o dia.

Para entender o universo infantil, é preciso explicar o que são os *mandados*. *Mandado* é uma expressão em crioulo utilizada para se referir a diversos tipos de afazeres cotidianos, sendo amplamente utilizada no contexto doméstico. Um *mandado* pode significar a manutenção da casa, limpeza, cuidados com as crianças, compras e confecção de alimentos etc. De forma mais geral, fazer *mandado* implica ação, circulação, e as expressões "tenho que fazer um *mandado*" ou "estou fazendo um *mandado*" resumem positivamente o caráter ocupado e ativo de uma pessoa. Apesar de não se restringir ao caso das crianças, uma vez que qualquer um se utiliza dessa categoria quando quer se dizer ocupado, os afazeres dos pequenos são caracterizados como *mandados*.

Faz parte das tarefas das crianças de 5 a 10 anos ir às lojas para compras de mantimentos, realizar a venda porta a porta de alimentos produzidos pelas mulheres (*donetes*, pastéis de peixe, pães, bolos etc), transportar coisas e, especialmente, comida entre as casas. A confecção e o fluxo de alimentos, seja pela venda ou pela distribuição de porções das comidas produzidas pela casa para as pessoas de grandeza, são tarefas centrais no cotidiano das mulheres e crianças pequenas. O *quintal*¹³ das casas é o espaço da execução dos *mandados*. Além disso, é onde pessoas, objetos e informações circulam e são partilhados.

Quando as crianças estão mais velhas, observa-se uma diferenciação entre meninas e meninos, cabendo principalmente a elas o apoio nos cuidados com as crianças menores. Os termos *aguentar* ou *pegar* são utilizados pelas jovens meninas para se referir ao ato de cuidar dos menores – dar-lhes comida, banho, pegá-los no colo, fazê-los dormir, levá-los de uma casa a outra. Tais tarefas são realizadas sempre sob os olhares cuidadosos de mulheres mais velhas, geralmente as avós. As moças parecem gostar dessas tarefas. Por diversas vezes, presenciei diálogos que expressavam a competição entre as jovens meninas para *pegar* as crianças de alguém. Em situações de entrevistas ou conversas, o tema das crianças que elas já haviam *aguentado* frequentemente vinha à tona como motivo de orgulho.

Além de levar e trazer dinheiro, alimentos e bens materiais, as crianças também levam e trazem palavras entre as casas, transportando recados e rumores. Mais uma vez, o quintal aparece como espaço privilegiado de circulação, é nos quintais das casas que sabemos das últimas notícias da vila e dos rumores que movimentam a vida local. Por fim, faz-se interessante destacar que, em situações de conflitos entre famílias, as crianças são as únicas que podem circular entre duas casas em que os adultos não mais circulam. Portanto, crianças, por sua característica mobilidade, personificam e reproduzem grande parte das relações de troca que são necessárias para a manutenção de um conceito amplo de família.

Tal conceito está fortemente vinculado à produção e à partilha de alimentos. Não se trata somente de quem alimenta as crianças, como em muitos estudos sobre a nutrição como forma privilegiada de fazer parentesco (Carsten, 1991; Viegas, 2003; Modell, 1999), mas da participação dos pequenos como atores na produção e na distribuição dos produtos a serem consumidos dentro e fora das casas. O que desejo salientar é que, além da importância dos atos cotidianos de alimentar e cuidar de uma criança, a construção de seu pertencimento a um espaço doméstico na fase de sua formação enquanto pessoa está vincu-

¹² Apesar de sua ampla inserção na vida comunitária, há dois momentos da sociabilidade que lhes são interditados, situações de doença e morte. As casas de doentes graves ou a casa do morto são os únicos lugares na Boa Vista onde não encontramos crianças. Essas visitas têm um forte caráter de obrigatoriedade e formalidade. Há pouca conversa, muita bebida e comida e uma atmosfera silenciosa. A criança não é bem-vinda nesses eventos.

¹³ Os quintais são espaços adjacentes à cozinha. Geralmente há um fogão à lenha e uma bancada com bacias para lavar os utensílios domésticos. É nesse espaço que mulheres e crianças passam os dias se dedicando à preparação de alimentos e outras tarefas. É pelo portão que dá acesso ao quintal que as pessoas entram e saem constantemente. As cozinhas, apesar de equipadas com eletrodomésticos em geral, só são usadas em *dias de festa*. Os quintais seriam como espaços de mediação entre o espaço público da rua e o espaço privado da casa, nesse sentido, seria um espaço híbrido.

lada à sua participação nos processos de produção e distribuição de tais alimentos. Afinal, a partilha entre as casas, prática que amplia e fortalece laços de parentesco, depende da presença das crianças nos espaços domésticos.

Sendo assim, elas não são somente veículos importantes para a partilha e a troca recíproca, são também objetos de partilha e reciprocidade. Além da circulação cotidiana, estar entre as casas tem outro significado. A mobilidade se estende ao que podemos chamar de circulação¹⁴ de crianças. O sentido aqui é de que outros, parentes ou não, podem *aguentar* uma criança por um tempo determinado. Isso ocorre com frequência entre pessoas que se consideram parentes. *Aguentar* é uma expressão da língua crioula que pode apresentar dois significados que merecem aqui um esclarecimento mais cuidadoso: pode ser entendida como "cuidar de" (como no caso acima, das jovens moças que *aguentam* ou *pegam* as crianças menores) ou como "criar" uma criança, função que implica ter a responsabilidade sobre sua nutrição, seu abrigo, seu cuidado e seu sustento. Essa categoria indica, portanto, o duplo caráter dessa circulação, de curta ou longa duração. É sobre esse tipo de mobilidade que quero tratar com mais vagar.

Dos jovens e adultos com os quais mantive contato em campo, raros foram aqueles que haviam residido em apenas uma casa ao longo de sua vida. O mais frequente é que uma criança resida mais ou menos permanentemente na casa de um parente próximo à mãe, especialmente com a avó materna. Porém, elas transitam entre diversas unidades domésticas, tanto por períodos curtos quanto em estadas mais prolongadas. Os arranjos e motivos para fazer circular uma criança são variados, as explicações para mudar de "casa" vão desde a simples vontade da criança até a necessidade de ter uma companhia infantil para ajudar nos *mandados*, por questões financeiras, pela proximidade de uma determinada casa com a escola, emigração da mãe etc. A variação também inclui o tempo de residência, a criança pode permanecer numa casa por meses, anos ou toda a vida.

Vasta tem sido a produção intelectual sobre circulação, *fostering* e adoção de crianças¹⁵. Apesar das diferentes abordagens, tais categorias refletem práticas nas quais as crianças, por diversas razões, são criadas por adultos outros que não seus pais biológicos (de forma fixa ou temporária), sendo, muitas vezes, tratadas como membros da família em que vivem e sendo aceitas como tais por outros. Conforme denunciou Schneider (1984), o entendimento euro-americano de parentesco como conexão biológica influenciou as abordagens dos antropólogos de forma que tal biocentrismo deu margem a categorias como "parentesco fictício". As abordagens etnográficas sobre adoção, circulação infantil ou *fostering* desafiam tal visão e nos levam a voltar o

foco de nossas análises para a qualidade da *relationess* e aos significados dos processos de *kinning* (Howell, 2009). Howell, em sua revisão sobre a temática da adoção transnacional, revisita as abordagens ao longo da disciplina e chama atenção para as experiências de campo na Oceania, onde adoção e *fostering* são muito praticados. A discussão que emerge de tais estudos situa o parentesco num campo em parte composto por substâncias biogenéticas partilhadas, mas também construído pela troca de outras substâncias. Tais relações de nutrição e partilha de substâncias teriam o potencial de encobrir, com o tempo, as relações naturais de parentesco (Howell, 2009).

A literatura da África Ocidental sobre *fostering* ressalta que as crianças circulam com o objetivo de entrelaçar ramos geograficamente dispersos do grupo familiar. Por exemplo, Esther Goody, em seu estudo sobre os Gonjas (1982), ao falar de circulação de crianças, diferencia entre circulação de crise e voluntária. No caso desta última, o objetivo seria de cimentar laços de parentesco, a criança sendo percebida como um recurso da família. O que tais estudos salientam é que *fostering* é mais do que o micromovimento de crianças, mas é uma forma de replicação e reprodução da sociedade¹⁶.

Apesar de não se alinhar com o argumento da autora sobre a partilha de crianças entre pais sociais e biológicos como uma prática que tem a função de ser racional para estas sociedades, a hipótese levantada pelos estudos africanos sobre *fostering* nos leva a refletir sobre alguns aspectos do caso cabo-verdiano. Ainda que em meio a tensões e conflitos, a facilidade que as crianças têm em circular entre as casas parece compensar várias tendências que poderiam, de outra forma, enfraquecer a solidariedade do grupo familiar como um todo.

Nesse sentido, além de fazer circular coisas e informações e colocar as unidades domésticas em relação, a prática de morar em mais de uma casa gera pertencimentos múltiplos que fortalecem laços de filiação ou de aliança entre grupos relacionados. As crianças surgem, portanto, como atores centrais num contexto em que as relações entre gerações diferentes e entre afins são marcadas por tensões e, em larga medida, por laços tênuos e pelos riscos constantes de rompimento. Deixem-me explorar melhor esse ponto a partir da análise de algumas relações características do universo doméstico local.

Crianças na construção das relações familiares

Em Cabo Verde, os motivos para viver com uma avó são diversos, desde situações em que moram todos juntos em uma

¹⁴ Utilizo circulação de crianças aqui no sentido do inglês "foster children". Adoção não é a categoria adequada no meu caso, visto que a circulação de crianças não tem um caráter formal ou fixo. Claudia Fonseca (2006) também adota o termo circulação ao tratar de seu caso de estudo na periferia de Porto Alegre.

¹⁵ No caso desta, a produção acadêmica é crescente diante da intensificação das chamadas adoções transnacionais (ver Howell, 2009).

¹⁶ A análise de Goody (1982) é vinculada, por alguns críticos, ao estrutural-funcionalismo britânico. Seu objetivo seria, portanto, de justificar a prática de *fostering* como funcional e razoável não abordando as premissas ontológicas, morais e semânticas de tal prática.

mesma casa, ou em função de dificuldades financeiras, ou devi-
do à emigração da mãe, ou até pelo simples desejo das avós ou
das crianças. Viver com a avó é uma opção válida, não estando
restrita a eventos especiais e emergenciais. A mobilidade parece
ser o ponto-chave aqui, a criança pode estar com a mãe ou com
a avó materna, assim como pode passar períodos com a avó pa-
terna ou em casa de outro familiar. De uma forma ou de outra,
"viver com" não é necessariamente encarado como um arranjo
fixo ou permanente na vida de um indivíduo, e isto é válido para
a vida de uma criança. O que torna a avó especial é o fato de
ela ser identificada – de forma complementar à mãe – como o
membro central dos conceitos de casa e família, ambos catego-
rias importantes para o sentido de pertencimento social.

Para essas mulheres, ter uma "boa" trajetória de vida diz
respeito a viver rodeada de netos e, consequentemente, de fi-
lhos. As crianças são como elos entre as relações, elas realizam
uma soma. O desenvolvimento do ciclo doméstico, tal com en-
tendido a partir de Fortes (1974), termina com a fase de disper-
são, na qual os filhos adultos tendem a formar novas unidades
e os velhos pais, a ficar sós. Aqui, a estrutura ideal é a de que as
filhas permaneçam por muito tempo e, mesmo com sua saída,
os netos sejam incorporados à unidade. Em certo sentido, netos
representam a continuação da relação com as filhas, assumem
funções cotidianas que eram delas e garantem a sua fidelidade
às mães. Portanto, numa fase do ciclo doméstico caracterizada
pela dispersão e pelo esvaziamento da unidade doméstica cen-
tral, os netos renovam as relações, operam no sentido de fortale-
cer os laços sociais entre mães e filhas e reforçam o lugar central
da mãe-avó no universo doméstico.

Nesse sentido, não me parece correto afirmar que exista
disputa entre mãe e avó, esta ocupando um lugar de vantagem
sobre a primeira. O que observo é uma complementaridade de
funções e formas de tratamento que advêm das conjunturas de
vida dessas mulheres. Tal união dá o sentido local do que a crian-
ça precisa para estar feliz e amparada: a atenção diferenciada
da mãe e da mamã. Por sua vez, exercer a maternidade nas duas
fases da vida significa o exercício pleno da maternidade para
uma mulher. Ser mãe é, portanto, um ciclo que começa com o
nascimento de um filho e só se encerra quando a mulher tem a
chance de se tornar mamã.

No entanto, a complementaridade não opera sem ten-
sões. O discurso das avós sobre o bem-estar das crianças con-
siste, em larga medida, na construção da incapacidade das jo-
vens mães de cuidarem de seus filhos. A importância das avós
é produzida a partir da suposta ineficiência das mães, expressa
pelas categorias *não ter tempo, ter a cabeça cheia, falta de cui-
dados*. Tais imagens possibilitam um espaço de ação no qual as
avós são valorizadas por *ajudar* a desempenhar aquelas funções
percebidas como necessárias para as crianças, mas que as mães

não estão aptas a cumprir. Se, por um lado, essa configuração
gera complementaridade entre as mulheres, por outro, é fonte de
conflitos, especialmente quando as expectativas de mães e
avós não são atendidas.

Estar atenta aos diversos arranjos desta complementari-
dade me permitiu observar tais tensões. Há um conjunto de po-
tenciais conflitos na esfera cotidiana que se originam da divisão
de funções entre mães, filhas e crianças. Para construir sua po-
sição de centralidade, as avós distribuem e monitoram as tarefas
das jovens mães e das crianças que *aguentam*, bem como suas
condutas. Controlar para que os papéis sejam desempenhados a
contento é um exercício de autoridade frequentemente ques-
tionado e ameaçado pelos mais jovens. No caso das moças, as
tensões surgem de uniões afetivas indesejadas, de uma gravidez
não esperada, da dificuldade em contribuir financeiramente e,
claro, da incapacidade de exercer o papel de mãe. No caso das
crianças, a ameaça advém de sua mobilidade e circulação.

A possibilidade de que a criança vá viver em outra casa
ou simplesmente saia para executar um *mandado* e só retorne
horas ou dias depois é uma realidade que provoca conflitos co-
tidianos entre membros de um grupo doméstico e, dependendo
da situação, as tensões extrapolam tais limites, provocando bri-
gas entre as casas. É o caso das disputas por crianças entre avós
paternas e maternas, em que aquela que deseja que a criança vá
viver em sua casa utiliza-se dos rumores para denegrir a imagem
das mulheres oponentes por meio de relatos de maus-tratos e
descuidos. Salvo em eventos considerados graves, nos quais as
disputas podem chegar à Justiça, quem "decide" sobre sua resi-
dência é a própria criança¹⁷.

No caso das relações entre avós e netos, a qualidade da
afeição e a importância das avós na mediação das relações verti-
crais de filiação são os fatores fundamentais para a sua repro-
dução e para a reprodução do sistema como um todo. No entanto,
as relações familiares são contextuais e contingentes, relati-
vas às posições e às estratégias constantemente reconstruídas.
As diferentes perspectivas quanto às avós e aos netos mostram
que os papéis não são fixos, mas fluidos e flexíveis, dando espaço
a negociações que mudam as relações. As identidades pessoais e
sociais são desenvolvidas e sustentadas na troca com os outros.
Então, as formas como as pessoas se veem são influenciadas pe-
las formas com que os outros as percebem e como se comportam
com elas. Isso não é dado, mas sim construído e reconstruído
cotidianamente.

Explorar o universo das relações entre filhos/netos, mães
e avós é interessante para dar conta de parte do argumento
que desenvolvo neste artigo: a afirmação de que a circulação
de crianças entre as gerações *faz* maternidades em Cabo Ver-
de. Quando nasce uma criança, mãe e avó se mobilizam e se
complementam na tarefa de criá-la e educá-la. De certa forma,

¹⁷ Em um interessante trabalho sobre um grupo indígena Tupi na Bahia, Viegas (2003) analisa processos de atração e "sedução" que as mulheres realizam para atrair crianças para suas casas. A autora utiliza o termo "mãe focal" para se referir às mães que não são as biológicas, mas que assumem as responsabilidades pela alimentação dos pequenos.

para uma criança, estar com a avó é complementar a estar com a mãe e isso se expressa pela complementaridade dos termos "mãe" e *mamã*. Maternidade é, portanto, uma categoria social e só pode ser completamente exercida pela ação conjunta de duas gerações. Ser mãe é um processo que começa quando nasce uma criança e só atinge sua plenitude quando a mulher se torna avó, sendo necessária a presença das duas mulheres para que se possa criar e prover uma criança¹⁸.

Maternidade e filiação, nesse caso, não são vivenciadas como relações diádicas, restritas à diáde mãe-filho. Estamos diante de uma relação triangular, intermediada pela entrada de um terceiro – a avó materna (ou paterna) – que assume um papel fundamental em dois sentidos, na construção dos sentidos de ser mãe e de ser filho. Ambos os papéis, apesar de dados pela consanguinidade e pela centralidade da diáde mãe-filho nesta sociedade, parecem não ser suficientes para a construção de um sentido de proximidade. Tal sentimento deve ser reforçado, trabalhado e vivido cotidianamente pela convivência e pela atualização de cuidados, pela troca e pela partilha. A atualização cotidiana dos laços consanguíneos se passa na esfera relacional de avós e netos fortalecendo os laços de afeto e proximidade entre mães e filhos. Relações aparentemente diádicas que, na verdade, se atualizam e se fortalecem graças à conexão com um terceiro.

O fio condutor teórico que venho utilizando para analisar a organização familiar em Cabo Verde reside na noção de construção de proximidade (e, consequentemente, na de distância). Ter algo em comum é a base para a proximidade – partilha, troca de bens, serviços, emoções, reprodução e significado constituem a essência para que as relações entre parentes de sangue sejam construídas. A família seria, então, o terreno ideal para a reciprocidade e se esta é quebrada, as relações de parentesco esvaziam-se de tal forma que podem se tornar apenas memória.

Conforme já foi abordado em páginas anteriores, a relação entre pais e filhos é caracterizada por tal distanciamento. O pai é uma figura que não compartilha desse processo de construção de proximidade, mantendo uma posição distante do contexto de *relatedness* das crianças. Com frequência, ouvi de meus informantes sobre a ausência masculina no universo doméstico, além de poder observá-la em minha rotina diária nos quintais da Boa Vista. Os homens eram figuras raras nesses espaços. A conclusão lógica, portanto, poderia confirmar um dado presente nas políticas familiares em Cabo Verde: que a família cabo-verdiana sofre da *síndrome da ausência paterna*¹⁹. Porém, antes de concluir em tais termos, prefiro abordar a relação entre pais/filhos (e consequentemente entre *mães-de-filhos/pais-de-filhos*²⁰) a partir de outro prisma, como uma relação triangulada pela mãe ou irmã do pai.

Meu argumento é o de que, além de unir gerações numa fase do ciclo doméstico que poderia ser caracterizada pela dispersão, as crianças em circulação podem contrapor a tendência masculina de se afastar do novo grupo familiar. Tal aproximação se daria pela relação entre a criança e as mulheres da família paterna, visto que uma mulher pode abrigar filhos de um homem parente seu – mães podem cuidar dos filhos de seus *filhos* ou mesmo as irmãs abrigam filhos de seu *irmão*. Avós e tias paternas seriam, portanto, mediadoras entre pai e filhos.

Num contexto em que a relação afetiva entre *mãe-de-filho* e *pai-de-filho* é, num primeiro momento, marcada pela instabilidade, a criança oriunda dessa relação, pela circulação, cria um elo entre as famílias, elo este que pode garantir que o homem retorne ciclicamente àquela mulher, acabando por se fixar em uma relação conjugal que pode culminar no casamento (daí a importância de ser *mãe-de-filho*). Neste sentido, as crianças, além de produzir laços de filiação, ao circular, fazem aliança.

Estudos de parentesco nos ensinaram a estudar relações, e não indivíduos. É seguindo essa premissa que argumento que as relações afetivas entre um homem e uma mulher acabam por se fortalecer tanto pelo nascimento de um filho quanto pela relação entre os grupos familiares que essa criança faz acontecer cotidianamente. Tal mobilidade, portanto, tanto confirma como desafia noções sobre *relatedness* e sociabilidade. Se o nascimento e a confirmação da paternidade são atos fundadores dessa relação, pois remetem ao sangue, é somente na partilha cotidiana que um sentimento duradouro de afetividade associado a parentes é construído. Estamos, portanto, diante de uma via de mão dupla, pois, se o nascimento como ato fundador reafirma o significado biológico, são as relações "feitas" cotidianamente que darão o modelo para o universo de *relatedness* no processo de formação dessa criança como pessoa no mundo.

A avó paterna é central nesse processo. Ela é o terceiro elemento que realizará o elo entre o pai e a criança em um contexto social em que as relações entre eles são percebidas como frouxas e tênuas. E, de fato, são nesses termos que os filhos definem a relação com seus pais, de distância e de pouca afetividade. Entretanto, por intermédio da mãe e de outras mulheres da família, ele estabelece uma relação de presença distante no universo da criança. Pelo ato de registrar e dar seu nome ao filho, pela autoridade e pela imposição de respeito, pelos auxílios financeiros esporádicos e pelas demonstrações de carinho diretos ou indiretos dispensados aos filhos – ações amplamente mediadas por sua mãe ou irmã – o homem se localiza, numa presença marcada pela distância, no universo relacional da criança.

¹⁸ Para uma análise mais detalhada da maternidade em Cabo Verde (ver Lobo, 2010).

¹⁹ O atual governo, juntamente com algumas organizações não-governamentais, tem elaborado documentos e realizado debates no sentido de formular políticas de combate à situação de "fragilidade" da família cabo-verdiana, fragilidade fortemente vinculada à ausência paterna no universo familiar. Tal ausência é formulada na noção de *síndrome da ausência paterna*.

²⁰ Esses são os termos comumente utilizados para se referir àquele ou àquela com quem ego teve um filho. Além disso, quando o casal mantém uma relação conjugal, esse é o termo que se usa para se referir ao companheiro ou companheira, *meu pai-de-filho* ou *minha mãe-de-filho*.

Aproximando distâncias

O trânsito dos pequenos entre casas não está restrito a fazer a conexão entre vizinhos ou residentes de um espaço geográfico considerado próximo, mas se estende a um fluxo que vai muito além, o fluxo entre Cabo Verde e o mundo. Eu me refiro aos casos de emigração e à relação que se estabelece entre mães, filhos e seus cuidadores a distância. Essa tríade é central para que o vínculo diádico entre mãe e filho permaneça vivo e intenso. Se algum dos elementos que a compõe rompe os fluxos, rompem-se os laços. O sentimento de abandono, que poderia ser atribuído a mães e filhos numa situação de distância física prolongada, não depende, portanto, da distância em si, mas da eficácia dos laços entre os três elementos – mãe-cuidadora-filho.

A emigração da mãe implica negociações sobre a moradia das crianças; é uma ocasião para definir quem irá *aguentar* os filhos assumindo a responsabilidade pelo seu sustento e sua educação. Tal definição pode ser mais ou menos dramática e isso depende das possibilidades em mãos. A estratégia mais comum é deixar as crianças com suas avós maternas ou paternas, ou ainda com alguma outra mulher da família da mãe (ou do pai): uma irmã, prima ou tia. Porém, muitos são os fatores acionados nesta decisão para além dos laços de parentesco: afinidade entre as mulheres, condições da família receptora, possibilidades de estudo, vontade da criança.²¹ Além dos fatores práticos, cabe à mãe escolher aquela que melhor realizará a sua mediação com os filhos distantes, aquela que não deixará que eles se sintam *abandonados*.

Sentir-se abandonado é um risco que assombra mães e filhos apartados. É um sentimento que, diferentemente da saudade, não é inerente ao espaço físico, mas está interligado à quebra do partilhar informações, fotografias, objetos, presentes, dinheiro. Conforme analiso em outro trabalho (Lobo, 2010), as trocas à longa distância são fundamentais para criar e manter um sentimento de proximidade, categoria central para esse contexto familiar. Dessa forma, é a quebra do fluxo de objetos e informações que deve ser evitada, e é a família receptora da criança que tanto viabiliza tal fluxo quanto se beneficia dele.

Cabe a ela passar informações sobre mães e crianças, mostrar as fotos, entregar os presentes, enviar as encomendas, dar carinho e atenção, educar, ou seja, fazer a criança crescer e passar as informações desse processo às mães que estão distantes. Se, em parte, cabe à mãe o envio de recursos e presentes adquiridos com o trabalho na emigração, a família receptora deve cumprir o papel de construir para o filho a imagem de uma mãe zelosa e que se sacrifica em favor dele. Quando tal mediação falha, a criança tende a circular, seja por vontade própria seja por determinação da mãe. Reinicia-se, assim, um novo processo de negociação, recepção, mediação e efetivação de uma nova tríade.

E na perspectiva da família receptora, por que entrar nesse arranjo? Quem fica com a criança vê seu ato como solidário

e como possibilidade de manter e intensificar relações com a emigrante. Esse é um relacionamento interessante e estratégico, pois é capaz de abrir caminhos para trânsitos futuros, pode significar um complemento à renda, o acesso a produtos vindos da Europa e, sobretudo, constrói e solidifica laços com aquela que possui um *status* diferenciado nesta sociedade, a emigrante.

Além de todos esses aspectos, a companhia das crianças dá um sentido especial à rotina diária, dá prazer e diversão. As crianças não são um fardo, são uma dádiva. *Aguantar* uma criança preenche o dia, garante interação social com vizinhos, permite o compartilhamento dos afazeres domésticos, é fonte de afeto, é elo entre mulheres e, por extensão, entre unidades domésticas e entre países, sendo a principal ponte entre as imigrantes e suas famílias locais.

A possibilidade migratória de uma mãe depende, portanto, de uma estrutura familiar que abrigue seus filhos ou, na falta desta, de uma rede de solidariedade que será acionada e que tem por base a mobilidade infantil como uma prática cotidiana. O que quero salientar é que crianças transitam entre casas e famílias cotidianamente e tal prática social não está restrita a casos de mães imigrantes. Ter isto em mente é importante para não cairmos na armadilha de pensar emigração e mobilidade infantil numa relação de causa e efeito.

Movimento como valor

Espero ter esclarecido, até o presente momento, como a movimentação de crianças constrói relações sociais, em especial, as relações no âmbito familiar. Para completar esse quadro, resta abordar o sentido do movimento na trajetória de vida dos boavistenses e como a circulação ao longo da vida é valorizada por estes quando, ao se referirem a um lugar ou a uma pessoa, se utilizam dos conceitos de parado e movimentado, atribuindo-lhes valores negativos e positivos, respectivamente.

Durante o período em que realizei trabalho de campo, pude reconstruir as trajetórias pessoais de alguns de meus interlocutores através do discurso, além de ter tido oportunidades ímpares de acompanhar fases de algumas trajetórias. Voltando aos meus dados e tomando como referência mulheres e homens adultos, um aspecto que persiste é o da movimentação – é comum encontrar quem tenha habitado unidades domésticas diferentes, povoados diversos, ilhas distintas ou países distantes. Além de ser, por si só, um dado instigante, uma vez que não estamos falando de uma circulação momentânea, como uma viagem de férias, uma visita ou turismo, estamos no universo da habitação; é interessante notar como esse é um fator altamente valorizado e salientado nas conversas ou nas entrevistas. Apresento o exemplo de Gil.

Gil é de família de um dos povoados da ilha da Boa Vista. É filha de mãe que já emigrou e de pai que ainda é emigrante.

²¹ Os arranjos também variam. Por exemplo, irmãos podem ser espalhados em casas distintas ou podem ficar juntos. Além disso, nenhuma das decisões tomadas é fixa ou irreversível.

Foi criada pela avó até sua mãe retornar da Itália, quando passou a viver com ambas, mãe e avó. Quando a conheci, Gil vivia com Lisa, sua tia, na Vila de Sal-Rei. Ao relatar sua trajetória, contou-me que, quando era criança pequena, morou por uns tempos na casa da avó materna, outros tempos com a mãe, depois foi estudar na Praia (a capital) e lá ficou por longo período vivendo em casas de parentes: "quando não dava certo com um, ia para a casa de outro, assim morei numas três casas lá na Praia" (abre um longo parêntese para relatar os maus-tratos que sofreu quando morou na Praia). Em 2004, Gil estava tentando fazer curso superior em Portugal ou no Brasil. Enquanto eu estava em campo, acompanhei sua saída da casa de uma tia para viver com outra tia de sua família paterna; segundo ela, mudou-se porque não estava dando mais certo com Lisa.

Gil é uma das pessoas com quem mantenho contato até hoje, o que me permite continuar acompanhando sua trajetória: no ano seguinte ao meu campo, a moça conseguiu ser aceita em uma universidade no Brasil; após terminar o curso (em 2009), seguiu para Praia, onde trabalha numa empresa de contabilidade. Da última vez que conversamos, contou-me, com entusiasmo, sobre os seus planos de ir para a Europa e, quando perguntei se pensava em retornar para Boa Vista, sua resposta foi enfática: "Boa Vista? Deus me livre, para lá só volto a passeio! Aquilo é muito parado, as pessoas, com a cabeça muito pequena. Vivem naquela mesma rotina que você deixou há anos. Lembra de fulana? Então, está do mesmo jeito! Você sabe como é, nunca saiu da Boa Vista, então tem aquela mentalidade, não cresceu, pois não viu o mundo lá fora"²²

A história de Gil nos permite retomar a questão da mobilidade infantil quando relatada por adultos, ou seja, quando acessada pela memória. Quando o tema era a infância, as narrativas a que tive acesso valorizavam positivamente o fato de terem vivido em casas diferentes, mesmo quando tais experiências tinham um caráter negativo. Essas vivências negativas estavam vinculadas às situações por que passaram em outra ilha, em casa de conhecidos ou parentes distantes que recebiam os jovens para estudar no colegial. Tomei conhecimento de diversos relatos de maus-tratos e reclamações sobre o excesso de *mandados* que tinham que executar em troca da oportunidade de estudo ou de uma vida melhor. Com frequência, a história negativa era permeada pela positividade da experiência de ter passado, já muito jovem, por dificuldades que as tornaram pessoas fortes, como um "crioulo" tem de ser.

A ideia de superação está implícita nos discursos que constroem as trajetórias de vida formando um par com a valorização da mobilidade. Estar em movimento significa oportunidade, mas também sacrifício e superação.²³ Entender a comple-

mentaridade destas duas categorias nos permite perceber que melhorar não tem somente uma face econômica e/ou utilitária, mas tem conotações morais. Moralmente, superar-se é amplamente admirado e os relatos de dificuldades que foram enfrentadas são constantemente acionados para justificar idas e vindas ao longo da vida. Nesse sentido, a superação pode ser entendida como motivação para a mobilidade, uma vez que está vinculada à máxima de que "para crescer é preciso sair".

No caso etnográfico aqui apresentado, temos o estudo como motivador de trânsitos em determinada fase da infância ou da juventude. De fato, a educação é percebida, atualmente, como possibilidade de mobilidade social nesta sociedade, sendo fonte de distintos fluxos – de crianças e jovens, de suas mães emigrantes, entre as ilhas ou no sentido rural-urbano, de mulheres comerciantes²⁴ que transitam entre países buscando fontes de renda que possam permitir melhores condições de estudo para os filhos. A educação dos filhos é, portanto, uma prioridade e, num contexto de restritas possibilidades, implica deslocamento.

No entanto, educar-se não é somente receber instrução escolar, mas tem relação com o fato de se ter conhecido outro estilo de vida, outros sistemas de valores e ter passado por dificuldades e constrangimentos. A fórmula "o sofrimento te faz mais forte"²⁵ é acionada ao resgatar uma infância marcada por trânsitos entre casas que, muitas vezes, obrigaram aquele indivíduo a executar trabalhos domésticos pesados, não lhe possibilitaram receber carinho ou fizeram dele vítima de algum tipo de maus-tratos.

O que quero salientar é que a mobilidade é uma categoria presente na construção da autoimagem de alguém interessante e experiente. Ter vivido em diversos lugares significa ser esperto, conhecer a vida e suas dificuldades. Voltando ao caso de Gil, ao focar sua trajetória individual tanto como lembrança quanto como projeto, a mobilidade está lá, presente como um fator que faz parte de sua autorrepresentação – seja ressaltando seus próprios movimentos, seja incorporando os fluxos de outros – a emigração da mãe e do pai.

Em última instância, movimento implica conhecimento, um valor moral. Dessa maneira, além de ser um fator prioritário na construção de relações entre famílias e casas – a criança tornando-se o laço principal entre ambas – a mobilidade infantil acaba por construir, ciclicamente, trajetórias de vidas consideradas interessantes e que fundamentam a própria ideologia do movimento como via de acesso a um estilo de vida considerado melhor, voltado para maiores oportunidades de acesso a um mundo que é visto como desenvolvido. E, neste ponto, chegamos à conexão entre mobilidade infantil e emigração, ambas estratégias que acionam o valor positivo do movimento.

²² Meu encontro com Gil foi no ano de 2011, quando passei um período na Cidade da Praia (a capital do país) trabalhando em uma nova pesquisa.

²³ Leineweaver (2008) também explora a noção de superação em seu estudo sobre circulação de crianças no Peru.

²⁴ São as chamadas *rabidantes* (Lobo, 2010).

²⁵ Bledsoe (1990) analisa o caso dos Mende de Serra Leoa onde a máxima é "não há sucesso sem sacrifício". Nesta sociedade, as crianças são enviadas para a casa de guardiões (prioritariamente, professores) que educam as crianças numa ideologia de privação e de sofrimento.

Considerações finais

Diversos estudos realizados em contextos etnográficos africanos mostram que as pessoas são muito valorizadas e, mais do que isso, são percebidas como uma espécie de "capital" social e político, cada indivíduo trazendo diferentes vantagens para o grupo. Sendo a pessoa um valor fundamental, os direitos sobre pessoas (*rights in persons*) adquirem, neste contexto, um lugar de destaque, e o próprio *status* de cada indivíduo pode ser pensado como o conjunto de direitos que ele possui sobre outras pessoas ou coisas, acrescido de seus correspondentes deveres.

É importante lembrar que os direitos sobre pessoas podem ser transferidos, implicando compensação ou indenização. No âmbito do parentesco, há possibilidade de manipular tais direitos para aumentar o número de pessoas sob o domínio de um indivíduo, e as formas como as transferências de direitos são realizadas são de importância fundamental no contexto africano (sobre este assunto ver Kopytoff e Miers, 1979; Parkin e Niamwaya, 1987; Radcliffe-Brown, 1952).

Ao trazermos tal discussão para o tema das famílias cabo-verdianas e ao destacarmos o valor das pessoas em uma sociedade caracterizada pela escassez de recursos, pela exportação de seus membros e pela importância da vida familiar, percebemos as crianças como um valor fundamental. A mulher que tem um filho sabe que ele tem não só um valor imediato, mas a longo prazo: um bebê está no centro da reprodução das relações entre parentes e vizinhos, estimula visitas, é motivo de festas e agrupa as mulheres da família da mãe e do pai ao seu redor; além disso, a criança, a partir de 5 ou 6 anos, faz serviços domésticos, faz companhia e circula entre as casas; por fim, já adulto, auxilia no sustento dos mais velhos.

Diante da impossibilidade de *aguentar* uma criança sozinha, dada pelo próprio sistema familiar, a pessoa ideal com quem uma mãe pode partilhar o valor dos filhos é com sua mãe, a avó materna da criança. Como já foi demonstrado aqui, para a avó materna, o neto é um bem que garante sua centralidade dentro da esfera doméstica. Para a mãe da criança, deixar o filho com a avó materna pode ser a garantia de que ela sempre será lembrada como boa mãe, mesmo em casos de distância física prolongada. O valor da criança estende-se também geograficamente, sendo ela um vínculo fundamental entre as famílias do pai e da mãe, e de outros parentes.

A mulher, então, partilha seus filhos da mesma forma como deve compartilhar alimentos, bens materiais e informações. Num sistema com tendência matrifocal, toda a produção feminina é criadora e mantenedora das relações, e a mobilidade das crianças é um componente dessa prática: reproduz a centralidade feminina e aumenta o número de mulheres às quais um indivíduo deve lealdade. Por sua vez, as crianças e os jovens têm, em função da relação com as mulheres (da família paterna e materna), fonte segura de conforto emocional e de transmissão de bens materiais e valores.

Numa sociedade como a cabo-verdiana, os grupos familiares assumem, então, um caráter especial, um espaço poroso que é frutífero para a construção de relações de pertencimento, de transmissão de bens e valores. Se esse espaço privilegiado é marcado pelo caráter distante do homem enquanto pai e companheiro, a centralidade feminina parece ser o espaço de pertencimento por excelência. A mobilidade infantil, possibilitada por uma valorização do movimento nessa sociedade, acaba por produzir relações de triangulação a partir da figura das avós. Tais relações, no contexto deste trabalho, são entendidas como formas de aliança que superam a filiação no processo de formação de um espaço de *relatedness* de uma criança, o que dará os elementos necessários para que ela se insira no mundo como pessoa plena.

Antes de finalizar, preciso ainda resgatar a relação entre mobilidade infantil e emigração. Afirmei aqui que a relação entre o trânsito dos pequenos e a oportunidade de sair do país não deve ser entendida em termos de causa e efeito, o que não implica negar a relação entre ambas. Ora, isso seria inegável, uma vez que movimento cria movimento, porque envolve relação. Ter circulado em contextos variados amplia as redes de relações sociais, tornando o indivíduo conhecido e conhecedor de espaços sociais e pessoas que podem abrir as portas para um universo ambicionado por grande parte dos cabo-verdianos, a emigração – um valor nacional, um rito de passagem necessário para se tornar uma "pessoa plena", mas que, a meu ver, não deve ser analisado de forma isolada. A mobilidade inscrita na trajetória dessas pessoas começa muito cedo no âmbito familiar e operando na sua própria reprodução, em poucas palavras, é um fator estruturante.

Os projetos migratórios inserem-se, portanto, em contextos de vida marcados por fluxos, associados a um momento específico dos ciclos de vidas nos quais os dilemas de partir ou ficar já foram enfrentados em diversas ocasiões. O movimento migratório não inaugura uma vida que passará a ser permeada por relações em fluxos, nem instaura a noção moral de superação em face dos sacrifícios de estar em outro lugar, sentindo saudades, vivendo com outras pessoas e conhecendo diferentes estilos de vida. Ao contrário disso, a emigração insere-se num contexto marcado por trânsitos diversos que, segundo meu ponto de vista, estruturam esta sociedade.

Diferentemente de alguns autores, que centram suas análises no valor da emigração (Åkesson e Carling, 2009) e no entendimento da estrutura familiar cabo-verdiana como consequência desta (Drotbohm, 2009; Carling, 2007), argumento em favor do valor da mobilidade enquanto um processo que permeia a trajetória de vida de indivíduos e famílias, sendo a emigração uma etapa (importante, é certo) de um complexo ciclo de idas e vindas.

Analizado em polos distintos, da mobilidade infantil à emigração, observamos como o movimento cria valor – no sentido de uma boa trajetória de vida, de uma experiência conquistada, de um percurso interessante, de um *status* adquirido e compartilhado – e como ele mantém valor – quando ele é

conservador e está por trás de algo que é aparentemente inovador ou desestruturante, ou seja, quando ele estabelece relações por meio da partilha e da circulação de coisas e pessoas e opera como ferramenta fundamental para a reprodução social.

Referências

- ÅKESSON, L.; CARLING, J. 2009. Mobility at the heart of a nation: patterns and meanings of Cape Verdean migration. *International Migration*, 47(3):123-155. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2435.2009.00526.x>
- BLEDSOE, C. 1990. No success without struggle: social mobility and hardship for foster children in Sierra Leone. *Man*, 25(1):70-88. <http://dx.doi.org/10.2307/2804110>
- CARLING, J. 2007. Children's mobility and immobility in Cape Verdean transnational families. In: AEGIS EUROPEAN CONFERENCE ON AFRICAN STUDIES, Leiden, 2007. *Anais...* Leiden, p. 1-23.
- CARSTEN, J. 1991. Children in between: fostering and the process of kinship on Pulau Langkawi, Malaysia. *Man*, 26(3):425-443. <http://dx.doi.org/10.2307/2803876>
- CARSTEN, J. 2000. Introduction. In: J. CARSTEN (ed.), *Cultures of Relatedness. New approaches to the study of kinship*. Edinburgh, Cambridge University Press, p. 1-36.
- CARSTEN, J.; HUGH-JONES, S. (eds.). 1995. *About the house: Lévi-Strauss and beyond*. Cambridge, Cambridge University Press, 280 p. <http://dx.doi.org/10.1017/CBO9780511607653>
- COUTO, C. 2001. *Estratégias Familiares de Subsistência Rurais em Santiago de Cabo Verde*. Instituto da Cooperação Portuguesa, Lisboa, 305 p. [Coleção Teses].
- DIAS, J. 2000. *Entre Partidas e Regressos: tecendo relações familiares em Cabo Verde*. Brasília, DF. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 200 p.
- DROTBOHM, H. 2009. Horizons of long-distance intimacies. Reciprocity, contribution and disjuncture in Cape Verde. *History of the Family*, 14:132-149. <http://dx.doi.org/10.1016/j.hisfam.2009.02.002>
- FONSECA, C. 2006. *Caminhos da Adoção*. São Paulo, Editora Cortez, 152 p.
- FORTES, M. 1974. O Ciclo de Desenvolvimento do Grupo Doméstico. *Cadernos de Antropologia*. 6.
- GOODY, E. 1982 *Parenthood and social reproduction: fostering and occupational roles in West Africa*. Cambridge, Cambridge University Press, 325 p.
- HOWELL, S. 2009. Adoption of the unrelated child: some challenges to the anthropological study of kinship. *Annual Review of Anthropology*, 38:149-166. <http://dx.doi.org/10.1146/annurev.anthro.37.081407.085115>
- KOPYTOFF, I.; MIERS, S. 1979. African Slavery as an Institution of Marginality. In: I. KOPYTOFF; S. MIERS (org.), *Slavery in African: Historical and Anthropological Perspectives*. Madison, The University of Wisconsin Press, p. 3-84.
- LEINAWEAVER, J. 2008. Improving oneself. Young people getting ahead in the Peruvian Andes. *Latin American Perspectives*, 35:60-78. <http://dx.doi.org/10.1177/0094582X08318979>
- LÉVI-STRAUSS, C. 1976 [1967]. *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis/São Paulo, Vozes/EDUSP, 537 p.
- LOBO, A. 2001. *Seca, Chuva e Luta. Reconstruindo a Paisagem em Cabo Verde*. Brasília, DF. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, 164 p.
- LOBO, A. 2006. *Tão Longe e Tão Perto. Organização familiar e emigração feminina na Ilha de Boa Vista - Cabo Verde*. Brasília, DF. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, 272 p.
- LOBO, A. 2010. Um filho para duas mães? Notas sobre a maternidade em Cabo Verde. *Revista de Antropologia*, 53:117-146.
- LOBO, A. 2011. Making Families: Child mobility and familiar organization in Cape Verde. *Vibrant. Virtual Brazilian Anthropology*, 8(2):196-219.
- LOBO, A. 2012. Vidas em Movimento. Sobre mobilidade infantil e emigração em Cabo Verde. In: J. DIAS; A. LOBO, *Africa em Movimento*. Brasília, ABA Publicações, p. 65-83.
- MAUSS, M. 2003. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: M. MAUSS, *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac & Naify, p. 185-314.
- MODELL, J. 1999. Rights to the children: Foster care and social reproduction in Hawaii. In: S. FRANKLIN; H. RAGERÉ (eds.), *Reproducing reproduction. Kinship, tower and technological innovation*. Philadelphia, University of Pennsylvania Press, p. 123-145.
- MONTEIRO, A. 1997. *Comunidade imigrada. O caso da Itália. Visão sociológica*. São Vicente, Gráfica do Mindelo, 554 p.
- PARKIN, D.; NYAMWAYA, D. (eds.) 1987. *Transformations of African Marriage*. Manchester: Manchester University Press, 350 p.
- PINA CABRAL, J. 2010. Xará: namesakes in Southern Mozambique and Bahia (Brazil). *Ethnos*, 75(3):323-345. <http://dx.doi.org/10.1080/00141844.2010.516837>
- RADCLIFFE-BROWN, R. 1952 Introduction. In: A.R. RADCLIFFE-BROWN; D. FORDE (eds.), *African Systems of Kinship and Marriage*. London: Oxford University Press, p. 1-62.
- SCHNEIDER, D. 1984. *A Critique of the study of kinship*. Ann Arbor, University of Michigan Press, 137 p.
- VIEGAS, S. 2003. Eating with your favorite mother: time and sociality in Brazilian Amerindian community. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, 9(1):21-37. <http://dx.doi.org/10.1111/1467-9655.t01-2-00002>

Submetido: 17/01/2013

Aceito: 15/02/2013